

ENSINANDO A TRANSFREDIR A ORDEM DO DISCURSO

TEACHING TO TRANSGRESS THE ORDER OF DISCOURSE

Ruth Furtado COSTA

Mestranda no PROF-FILO (Mestrado Profissional em Filosofia) na Universidade Federal do Piauí. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão e em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão.
E-mail: ruthfurtadofilo@gmail.com

Lucas VILLA

Pós-doutor pela *Universität Hamburg*, Alemanha. Doutor em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí. Professor da Universidade Federal do Piauí e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Mestrado e Doutorado) e do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Piauí.
E-mail: lucasvilla@ufpi.edu.br

RESUMO:

Este texto tem por objetivo realizar reflexões, no âmbito da linguagem, sobre a escrita da autora norte-americana bell hooks, em *Lingua: ensinando novos mundos/ novas palavras*, que compõe o capítulo 11 do livro *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*, situando o debate interseccional da autora a partir da análise de Michel Foucault sobre a produção do discurso, na sua aula inaugural no Collège de France: *A ordem do discurso*. Para isso, apontamos alguns autores que marcaram a relação entre racismo e linguagem na constituição da sociedade contemporânea: Franz Fanon e as consequências da colonialidade para a população negra; Beatriz Nascimento, advertindo a importância de o negro narrar-se a si mesmo; e Lélia González, com a designação do termo “Pretuguês”, que representaria a linguagem como uma camada fundante da sociedade brasileira. Concluímos que, tanto para bell hooks como para Foucault, a linguagem é bem mais que uma ferramenta de comunicação neutra e objetiva, mas pode se tornar uma condutora poderosa na construção de identidades e do pensamento crítico à medida que provoca tensões. Daí a relevância de situar o pensamento de Foucault no debate que intersecciona gênero e raça no contexto da educação.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino. Discurso. bell hooks. Foucault.

ABSTRACT:

This text aims to reflect on the language aspects of the writings of the American author bell hooks in *Language: Teaching New Worlds/New Words*, which is part of Chapter 11 in the book *Teaching to Transgress: Education as the Practice*

of Freedom. It situates the author's intersectional discourse within the framework of Michel Foucault's analysis of discourse production in his inaugural lecture at the Collège de France: *The Order of Discourse*. To do this, we highlight some authors who have shaped the relationship between racism and language in the formation of contemporary society: Franz Fanon and the consequences of colonialism for the Black population; Beatriz Nascimento, emphasizing the importance of Black people narrating their own stories; and Lélia González, who introduced the term "Pretuguês," representing language as a foundational layer of Brazilian culture. We conclude that, for both bell hooks and Foucault, language is much more than a neutral and objective communication tool; it can become a powerful driver in the construction of identities and critical thinking as it provokes tensions. Hence the relevance of situating Foucault's thinking in the intersectional debate of gender and race within the context of education.

KEYWORDS:

Teaching. Discourse. bell hooks. Foucault.

1. bell hooks: “ensinando novos mundos/novas palavras”

Optamos por iniciar esta reflexão especificamente a partir do capítulo 11 da obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, chamado *Língua: ensinando novos mundos/ novas palavras*, onde bell hooks aborda mais profundamente o tema da linguagem. Nele, a autora cita o verso de um poema que a faz inquietar-se diante da problemática da língua. O poema de Adrienne Rich diz: “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você” (hooks, 2013, p.224). A partir daí, hooks nos oferece uma concepção de linguagem que vai além do indivíduo que pronuncia a fala, mas que carrega valores, perspectivas políticas e culturais que se perpetuam, cingindo relações de poder na sociedade norte-americana e nos diferentes espaços que ocupa e contribuindo para a formação das subjetividades. Por isso, é necessário rejeitar análises unívocas e simplistas, sobretudo a respeito das relações raciais que estão engendradas no sistema colonial de modo complexo indo além de das representações. Como no trecho em que diz:

Refletindo sobre as palavras de Adrienne Rich, sei que não é a língua inglesa que me machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar (hooks, 2013, p. 224).

Nesse sentido, a linguagem tem um papel importante na sustentação das opressões coloniais, sendo usada como instrumento por aqueles que manipulam os discursos e atualizam as verdades nas relações de poder, agindo em condições e períodos históricos específicos e determinados, se modificando sempre que necessário construindo a realidade das práticas sociais.

Para hooks, o conhecimento deveria ser uma construção coletiva voltada para o coletivo, assim, o sistema educacional pensado pela filósofa levava em consideração uma formação integral e política. Isso inclui um reconhecimento da linguagem como ferramenta de resistência dos povos oprimidos. Tomar posse do conhecimento é também transformá-lo em liberdade. hooks segue refletindo sobre os negros

estadunidenses e o processo de colonização que tem como forte característica a tentativa de apagamento dos conhecimentos, cultura, saberes, representações e linguagem dos povos colonizados. Utilizamos aqui a ideia de ‘tentativa de apagamento’, pois não se pode falar inteiramente de um desaparecimento, visto que os povos colonizados constituem-se de movimentos de resistência e reconstrução cultural. Em sua experiência em sala de aula nos Estados Unidos entre as décadas de 70 e 90, marcado pela segregação racial, hooks se insere no sistema educacional como professora e começa a atuar fortemente nos movimentos em defesa dos direitos da população negra, sobretudo de mulheres negras, apontando a problemática da língua:

Temos pouquíssimo conhecimento de como os africanos desalojados, escravizados ou livres que vieram ou foram trazidos contra a vontade para os Estados Unidos se sentiram diante da perda da língua, de ter de aprender inglês. Somente como mulher comecei a pensar nesses negros em sua relação com a língua, a pensar em seu trauma quando foram obrigados a assistir à perda de sentido da sua língua por força de uma cultura europeia colonizadora, onde vozes consideradas estrangeiras não podiam se levantar, eram idiomas fora da lei, fala de regenerados (hooks, 2013. P. 224 e 225).

hooks descreve como uma experiência aterrorizante a perda de sentido e, ao mesmo tempo, o movimento de aprender o inglês como uma necessidade de tomada desse espaço e formação de novos laços. Franz Fanon também assinala os problemas relacionados à linguagem e à psique no negro devido à colonização:

“[...] todo povo no qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora (Fanon, 2008, p.34)”.

Esse processo de adaptação faz surgir uma nova posição para o sujeito negro, aquele que não é totalmente integrado ao novo mundo que lhe é forçosamente apresentado, e nem se parece mais com a antiga e original civilização a qual pertencia. Tal experiência incute nesse ser a ideia de uma subalternidade e inferioridade. O autor discorre sobre esse movimento no livro *Pele Negra, Máscaras Brancas*, exemplificando a partir da experiência do homem negro diante da língua francesa, que frequentemente tem sua capacidade posta à prova por falar de forma considerada inadequada. Dirige sua crítica quando ironiza: “[...] nada de mais sensacional do que um negro que se exprime corretamente, pois, na verdade, ele assume o mundo branco (Fanon, 2008, p.48)”.

Falar uma língua é mais que se comunicar. Para Fanon, também representa a assimilação da cultura de um mundo inteiro. Por isso, faz-se necessária a busca por uma autêntica formulação da linguagem e da subjetividade através da reivindicação da humanidade das pessoas negras enquanto coletividade, para além dos estereótipos.

Embora precisassem da língua do opressor para falar uns com os outros, eles também reinventaram, refizeram essa língua para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação (hooks, 2012, p., 226). Observamos aqui a autora apontando para um lugar de rebelião e de reinvenção da língua falada: na medida em que surgiam novos modos de comunicar, também surgiam novas possibilidades de existir fora do discurso hegemônico e das opressões estabelecidas.

O poder dessa fala não é simplesmente o de possibilitar a resistência à supremacia branca, mas também o de forjar um espaço para a produção cultural alternativa e para epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e saber que foram cruciais para a criação de uma visão de mundo contra-hegemônica (hooks, 2013, p, 228).

A partir daí, gostaríamos de apontar uma leitura chave para compreender a maneira como poder e saber se entrelaçam para produzir e controlar a circulação de certos discursos, para além da dicotomia do dominante e dominado. Na obra *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, Michel Foucault se interessa em investigar “[...] o que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 2014. P. 8). Após levantar esse problema, Foucault aponta uma hipótese e a desenvolve:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 8 e 9).

Ou seja, a ordem do discurso é um conjunto de regras, restrições e normas que existem e moldam os discursos como aceitáveis ou não, em cada sociedade e em determinados momentos históricos. Foucault observa como determinados discursos são legítimos e como outros são considerados tabus, sendo marginalizados e silenciados, determinando o que é normal ou patológico, o que pode ou não ser considerado verdade: “[...] o discurso não é somente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2014. P, 10)”. Por isso, as instituições sociais desempenham um papel preponderante na manutenção dessa ordem do discurso. Vinculadas a ela, estão as estratégias de resistência que se fazem de maneira polifônica, apontando para uma multiplicidade de manifestações de linguagem como, por exemplo, no campo educacional.

A inserção da população negra nas universidades revelou as possibilidades de romper com as desigualdades no espaço acadêmico, justamente por tornar evidente uma necessidade dos próprios negros contarem suas histórias a partir de experiências particulares, para além das formalidades eurocêntricas de produção do saber. Na sala de aula tradicional são permeadas noções de poder que tendem a reproduzir

espaços de silêncio e medo, a hierarquia preestabelecida silencia os sujeitos considerados subalternos e os força a cumprir a rigidez acadêmica centralizada na figura do professor, figura central na tomada de decisões e organização da sala.

Neste sentido, hooks fala da retomada da dinâmica comunitária em um lugar onde todos têm espaço de fala e de reconhecimento. Na medida em que os alunos tomam posse da sua voz eles e elas podem aprender a falar, argumentar e colaborar estrategicamente na organização da sala de aula de forma coletiva. Este processo de reflexão e desconstrução do tradicional também é político.

A escolha do título para este texto arrisca uma relação entre os dois autores, reconhecendo a influência do pensamento de Foucault nos escritos de bell hooks, pois a autora traz uma análise complexa das relações de poder que tangenciam a linguagem e suas múltiplas estratégias de controle na experiência da população negra colonizada. Além disso, indica um recorte interseccional para a verificação dessa problemática, sobretudo no espaço escolar.

hooks pensa que a sala de aula pode ser um espaço de construção de processos pedagógicos que ajudem alunos em sua autorrealização e que devem ser norteadores e não definidores de caminhos e paradigmas. Esses processos devem torná-los questionadores da prática do filosofar sobre si e sobre o mundo, onde a educação atua como tratamento do intelecto e das virtudes humanas, por isso, educar implica a formação do sujeito em sua totalidade, abarcando a estrutura racial, cultural, intelectual, ética e política. A perspectiva interseccional é um marco teórico importante utilizado com rigor especialmente pelas intelectuais do feminismo negro pois observa as várias formas de existir e ser no mundo de forma política. bell hooks reconhece a complexidade das manifestações das identidades e como estão entrelaçadas, negando uma possível hierarquia de poder. Assim, a análise dessas camadas não deve ser feita de forma isolada. Collins (2020) fala do uso do pensamento interseccional como ferramenta analítica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2020).

Para Collins, compreender a experiência das pessoas marginalizadas para além dos estereótipos inclui uma visão mais geral, sobretudo, da prática cotidiana, rejeitando abordagens simplistas e homogêneas da opressão. É preciso dialogar em meio a muitas diferenças, como faz bell hooks, retomando a importância de compreender a linguagem nesse campo de forças como um espaço de multiplicidade e busca por empoderamento.

Entretanto, a necessidade de falar o idioma padrão impossibilita os indivíduos que se mobilizem e se reconheçam dentro das possibilidades de luta no campo político. Em se tratando do movimento feminista no contexto norte-americano, que serve muitas vezes de modelo para compreensão da realidade brasileira, “[...] o problema da língua não foi discutido. Simplesmente se supôs que o inglês padrão continuaria sendo o veículo principal para a transmissão do pensamento feminista” (hooks, 2013, p. 231). Assim como bell hooks se dirige ao problema da linguagem, no Brasil há pensadoras negras como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, que integram os movimentos sociais urbanos que passam a se organizar em torno das demandas da população negra. Muitos intelectuais negros e negras encabeçam essa luta, entre as décadas de 60 a 80, partindo das universidades brasileiras. Para essas autoras, o feminismo negro deveria se comprometer em reformular a linguagem, sobretudo reconhecendo suas estruturas sociais na formação brasileira. Portanto, buscar termos inclusivos se configura, até os dias atuais, como uma importante reivindicação por direitos, por parte dos movimentos minoritários, a começar por abandonar termos universalizantes que tendem a negligenciar as diversas esferas da existência das mulheres negras, lésbicas, indígenas, PCD e demais.

Em *O Negro visto por ele mesmo*, livro póstumo recentemente publicado, há um importante ensaio de Beatriz Nascimento chamado *A palavra e o eu*, que se inicia afirmando que “[...] as palavras faladas e ouvidas, mais do que gestos, emitem aquela vontade de potência dirigida ainda para uma mudança histórica utópica-revolucionária” (Nascimento, 2022, p. 107). Percebe-se nesse trecho uma compreensão foucaultiana sobre linguagem e poder, reforçada pela autora quando afirma:

A máquina das palavras transformadoras monitora as paixões e as ações, dentro e fora das institucionalizações: agenciamentos, territorialidade, desterritorialidades, subjetivações são instrumentos fora da ordem das determinações. O quê e o porquê, as soluções, enfim, são da ordem das resistências e das constatações (plano secundário), e não dos avanços, “do novo”. Os querer, o desejo, estão no como e onde agir. Nos agenciamentos de conduta. (aí está o espaço/tempo contido na palavra). (Nascimento, 2022, p. 108).

Beatriz Nascimento evidencia como a linguagem pode agenciar estruturas de poder e, para isso, reivindica a voz negra em uma territorialização, buscando romper uma desterritorialização provocada pela colonização e pela manutenção da subalternidade e violências vividas pela população negra. Para ela, “[...] as culturas minoritárias como a negra e a indígena tem repositórios emblemáticos capazes de empreender esse furo na nossa sociedade” (Nascimento, 2022, p. 109). Tal empreendimento só pode ocorrer pelo resgate da própria história, principalmente no espaço acadêmico ocupado majoritariamente por brancos. O negro visto por ele mesmo representa uma fratura no pensamento colonial.

Ainda sobre o contexto educacional, hooks também entende que devemos subverter o tradicional modelo formal pedagógico, visando uma orientação para a vida social e política. Essa formação é feita a partir da autodescoberta, e não pela repetição e reprodução de conhecimentos da tradição histórica.

O projeto de educação pensado por bell hooks para a sociedade em contexto de segregação racial tem como ponto de partida sua experiência de vida enquanto mulher negra, intelectual e acadêmica envolvendo a luta pelos direitos civis. A autora é vista como uma pedagoga por excelência, ao pensar seu método de aprendizagem centrado na figura do aprendiz, o que ela expressa através da longa reflexão existente na obra *Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade*, na qual dedica um capítulo a discutir a importância da língua no processo de libertação. Segundo bell hooks (2013):

Quando preciso dizer palavras que não se limitam a simplesmente espelhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo do vernáculo negro. Aí, nesse lugar, obrigamos o inglês a fazer o que queremos que ele faça. Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala conta-hegemônica, libertamo-nos por meio da língua (hooks, 2013. P, 233).

Para isso, seria necessário um formato de educação que amplie as possibilidades de reflexão e crie espaços de debates e campos de poder semelhantes aos espaços da sociedade civil. A educação deve ser um caminho para a liberdade: “[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir conhecimentos e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente” (Freire, 2000, p. 68). Sobretudo para as pessoas negras, a educação é um processo de libertação quando reivindica a mudança e possibilita o reconhecimento de práticas e perspectivas negras no cotidiano escolar.

Tomamos a escola como objeto de análise neste texto para compreender como este espaço é constituído por relações de poder que promovem interpretações da realidade a partir da normalização de regras disciplinares. Tais regras disciplinares dissimulam de diversas maneiras as identidades dos grupos demarcados por raça, gênero e classe social de modo interseccional.

2. Discurso e disciplina no ambiente escolar, a partir de Foucault

O discurso não é simplesmente um meio de comunicação ou expressão de pensamentos, mas uma prática que efetivamente produz realidade, objetos e rituais de verdade. O discurso é, portanto, profundamente imbricado com o poder; ele não apenas reflete ou representa o poder, mas o constitui e o executa. Michel Foucault analisa como os discursos são controlados, distribuídos, organizados e

delimitados, e como eles têm a capacidade de criar tanto o conhecimento quanto as noções de verdade que governam as sociedades. O conhecimento não é simplesmente descoberto ou acumulado, mas construído através de discursos específicos e práticas que são sustentadas pelo poder. O poder produz saber e, reciprocamente, o saber reforça o poder.

A escola é entendida por Michel Foucault como um espaço disciplinar. Em sua obra "Vigiar e Punir", Foucault (1987) explora como as instituições modernas, inclusive as escolas, partindo de certos discursos de verdade, funcionam como entidades que exercem poder disciplinar sobre os indivíduos. A disciplina é entendida pelo pensador francês como o conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1987, p. 118). A disciplina, portanto, “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (Foucault, 1987, p. 119).

Esse modelo de anatomia política está presente nas instituições disciplinares como os presídios, os manicômios, os quartéis, os mosteiros, as fábricas, os hospitais e também as escolas. O objetivo da arte da disciplina e dos discursos que a justificam é fabricar corpos submissos e exercitados, ou seja, corpos dóceis. O corpo dócil é, nas palavras de Foucault (1987, p. 118), “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. O poder disciplinar não é meramente punitivo ou coercitivo; ele é produtivo, incutindo conhecimentos e comportamentos que são vistos como desejáveis para determinado modelo de sociedade. A disciplina, em Foucault, está intrinsecamente ligada à vigilância e à normalização, conceitos que são profundamente enraizados na estrutura e prática da educação formal.

Foucault (1987) descreve como o panóptico, um projeto arquitetônico idealizado por Jeremy Bentham, serve como metáfora para o poder disciplinar moderno. No contexto escolar, a vigilância é manifestada através da disposição física das salas de aula, onde o professor, frequentemente posicionado de forma estratégica, tem uma visão clara de todos os alunos. Essa configuração não apenas facilita a observação constante, mas também cultiva um sentido de autoconsciência e auto regulação entre os estudantes. O saber que se pode ser observado a qualquer momento faz com que os alunos internalizem as normas disciplinares.

O exame, como descrito por Foucault, é uma ferramenta através da qual o poder disciplinar é exercido, ao transformar "o invisível em visível". Nas escolas, exames e avaliações frequentes servem não apenas para medir o conhecimento, mas para alinhar constantemente comportamentos e competências ao que é estipulado como normal ou ideal. Esses exames são momentos em que o indivíduo é fixado em um registro documental e avaliado contra um padrão. Tal prática não só categoriza e diferencia os

indivíduos como também os hierarquiza, incentivando mecanismos de competição que são centrais para o exercício do poder disciplinar.

A disciplina escolar dociliza o corpo, condicionando não apenas como os alunos pensam, mas também como se movem e se comportam. Regras sobre uniformes escolares, a maneira de sentar, falar e interagir são todas formas através das quais o corpo é treinado para aderir a normas específicas. Foucault (1987) argumenta que o poder disciplinar é altamente eficaz porque se estende muito além do espaço físico da instituição, afetando profundamente a maneira como os corpos operam dentro da sociedade.

Embora as escolas como espaços disciplinares busquem conformidade e uniformidade, Foucault também reconhece o potencial para resistência. Dentro do contexto educacional, as práticas de resistência podem variar desde a subversão de regras e normas até a adoção de modos alternativos de aprendizado e expressão. A resistência é uma parte inevitável da dinâmica de poder, pois onde há poder, há potencial para resistência. Reconhecer o espaço para resistência e transgressão no interior dessas estruturas é crucial para compreender a complexidade das relações de poder na educação e para reinventá-las.

A escola, então, é um espaço disciplinar, local onde o discurso é não apenas ensinado, mas também usado como uma ferramenta de poder e controle (Foucault, 2014). Os currículos escolares são estruturados de forma a perpetuar certas verdades e silenciar outras, configurando-se como técnicas disciplinares que condicionam o comportamento e o pensamento dos indivíduos.

Adotando a interseccionalidade como método analítico, investigamos como diferentes formas de discriminação (raça, gênero e classe) interagem nos espaços escolares. Esse enfoque, baseado nas contribuições de Patricia Hill Collins (2020), permite uma análise detalhada e complexa das maneiras pelas quais as ordens discursivas impactam de forma desproporcional os estudantes marginalizados, iluminando as múltiplas facetas das opressões que esses estudantes enfrentam.

Além disso, ao integrar as perspectivas de bell hooks e Lélia González, avançamos na discussão sobre como a linguagem serve simultaneamente como instrumento de opressão e meio de resistência. hooks (2013) articula que, embora a linguagem possa ser uma ferramenta de opressão, ela também oferece um espaço para resistência e reconstrução da identidade. Similarmente, González (1984) evidencia como os afro-brasileiros reconfiguram a língua portuguesa, criando o "Pretuguês", como forma de resistir à assimilação cultural e afirmar uma identidade cultural própria.

Este trabalho também propõe uma reformulação do pensamento foucaultiano sobre o discurso e o poder, incorporando suas ideias posteriores sobre a complexidade das relações entre linguagem, poder e identidade. A interseção das teorias de Foucault com as de hooks e González oferece uma abordagem mais robusta para compreender as dinâmicas de formação, legitimação e contestação dos discursos no contexto escolar. Tais discussões são cruciais para entender como práticas educativas críticas e

interseccionais podem desafiar e reformular os discursos dominantes, promovendo uma educação mais inclusiva e emancipatória. Em suma, esta abordagem pode ajudar os professores a aprender e ensinar a transgredir.

3. Ensinando a transgredir na “América” de Lélia González

Lélia González, no contexto brasileiro, foi uma importante filósofa que contribuiu para as discussões sobre raça, linguagem e poder. González reconstituiu as consequências do colonialismo para os negros e negras na América Latina, a partir da problematização do ‘mito da democracia racial’.

O mito da democracia racial foi um projeto epistemológico que surgiu no Brasil no século XX através dos meios de comunicação de massa, mas foi nos ambientes educacionais que ele se encerrou de maneira mais potente, alienando a criticidade e marginalizando os debates sobre os problemas sociais do racismo.

Com a licença de intelectuais das ciências humanas e sociais, criou-se uma realidade ilusória, pautada na falsa ideia de benevolência e subalternidade natural dos negros e negras que habitavam o território brasileiro, para construir assim uma identidade nacional destituída de conflitos e harmoniosa entre as raças. Para Abdias do Nascimento:

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos e propagadores e beneficiários do mito da “democracia racial”. Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: O branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional, eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país (Nascimento, 2016, p. 54).

Abdias do Nascimento foi um pensador negro brasileiro que trouxe contribuições para a desarticulação do mito da democracia racial através das ciências sociais, artes plásticas e teatro. Para ele, o mito da democracia racial é a mais potente arma dos brancos contra as lutas da população negra. No trecho acima podemos perceber a relevância do aparelho educacional para o projeto de poder que se pretende realizar rumo a uma sociedade desigual e alienada.

Entretanto, a virada crítica das ciências sociais e estudos sobre a negritude no Brasil vão imergir no seio dos movimentos negros organizados que buscam desmistificar a realidade social e lutar por acesso a educação para a libertação da população negra.

No Brasil, na mesma perspectiva de Abdias, temos Lélia Gonzalez que retoma a crítica ao mito da democracia racial e suas consequências para as mulheres negras e trabalhadoras. Lélia González cunha o termo “América” para definir a formação da negritude em perspectiva espacial, demarcando a existência

de uma cultura africana que se faz presente nas Américas através da memória e da oralidade. Para González é imprescindível analisar as implicações e os usos da linguagem nesse processo.

Tanto em Lélia quanto em bell hooks a experiência de vida é um aspecto relevante na produção intelectual, a inserção dessas pensadoras em ambientes educacionais segregados foi o ponto de partida para uma revolução pessoal e crítica. Para negros, o lecionar, o educar, era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta antirracista. Com efeito, foi nas escolas de ensino fundamental, frequentadas somente por negros, que eu tive a experiência do aprendizado como revolução (hooks, 2017, p.10). bell hooks narra sua trajetória de luta por pertencimento e para assegurar seu direito a educação humanizada, crítica e plural desde a infância no livro *Ensinando a Transgredir: Educação como prática da liberdade*.

Foi desde a infância que hooks percebeu a especificidades de ser mulher, negra segregada e viver em território camponês, pois as intersecções de sua experiência vivida em uma sociedade capitalista e colonialista a levou ao entendimento de uma prática política através da educação. Portanto, a prática política interseccional foi a base de suas ideias e produções teóricas sobre raça, gênero e classe em busca da libertação.

O entendimento desses pensadores e pensadoras em relacionar os marcadores sociais de raça, gênero, localidade e classe social tem sido importante pela grande necessidade de teorias com características interseccionais na atualidade, perspectivas debatidas e ampliadas nas ciências humanas e sociais para explicar das relações de poder que se engendram de maneira complexa e múltipla entre as sociedades do controle.

A existência de mulheres negras em sociedades colonizadas é um ato político que se dá na própria movimentação dessas sujeitas em busca de liberdade. Vale ressaltar que a militância política no Movimento Negro Unificado se constituía como fator determinante de nossa compreensão da questão racial (González, 1984, p. 224). A imersão no movimento negro em âmbito nacional possibilitou a articulação da filósofa entre a academia e a militância política, levando-a a desenvolver uma compreensão interseccional da educação como um espaço de disputas políticas, portanto, lugar de transgressão, a começar pela desarticulação crítica de um dos suportes discursivos mais profundos da sociedade brasileira, o mito da igualdade racial, a autora ironiza:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (González, 1984, p. 226).

Nesse trecho da obra *Racismo e Sexismo na sociedade brasileira*, Lélia González propõe uma crítica fundamental ao modo como o racismo é tratado no Brasil: “[...] na verdade, o texto em questão aponta

para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo” (González, 1984, p. 232). O mito da igualdade racial camuflou e continua camuflando, embora a questão já tenha sido amplamente debatida pelos movimentos negros, o problema do racismo na sociedade, fato que indica uma distinção de como é compreendido o racismo no Brasil e nos Estados Unidos, que apesar das convergências são distintamente representados em suas manifestações legais e geográficas. Ao passo que os Estados Unidos experimentaram leis de segregação e propagandas racistas contra a população negra, no Brasil o fenômeno da miscigenação incentivado por teorias de branqueamento racial tendem a fortalecer o discurso da democracia racial.

Portanto, o ensinar a transgredir é também aprender a compreender as diferentes manifestações do racismo nas diferentes sociedades, identificar as descontinuidades históricas nos diferentes contextos e apontar as condições que possibilitam a existência de determinadas regulamentações que mobilizam as práticas sociais. Tomamos a ideia de transgressão de bell hooks para problematizar o racismo em sociedade profundamente marcadas pelo colonialismo, que se manifestam de maneiras distintas desde Brasil e Estados Unidos.

Transpor o pensamento de bell hooks para a realidade educacional brasileira é um desafio que deve ser levado em consideração, enquanto nos Estados Unidos estabeleceram e propagavam a segregação racial imposta pelas leis Jim Crow que promoveram a separação legítima e moral dos espaços públicos e dos indivíduos, no Brasil, o mito da democracia racial apagava as possibilidades de compreensão da realidade como um todo. As narrativas propagadas pelos intelectuais brancos a respeito da formação social brasileira sempre deu conta de apaziguar qualquer tentativa de reconstrução dessas identidades tão fragmentadas no tempo e territórios determinados.

As maiores contribuições para a transformações sociais em torno da raça surgem no âmbito das lutas pela libertação negra. Aprendemos desde cedo que a nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista (hooks, 2017, p.10). No Brasil o problema do apagamento epistêmico e conceitual conservou compreensões defasadas e teorias eugenistas sobre a aprendizagem no campo da educação e relegou a população negra a espaços de subalternidade tanto no campo quanto na cidade.

A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que incluía uma consciência de raça, do sexo e da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas (hooks, 2017, p.55).

O Brasil vive uma experiência de instabilidade quanto ao Ensino de Filosofia nas escolas e sua obrigatoriedade, que condiz com o momento político, pois a disciplina ocupa lugar de preocupação constante por parte de grupos conservadores defensores de um ensino tradicional e conteudista,

abandonando qualquer possibilidade de produção de saberes contextualizados, críticos e transformadores.

Por isso, as lutas dos movimentos negros no Brasil por implementação e ampliação das ações afirmativas para acesso ao sistema educacional são um marco tão significativo na história das transgressões aos sistemas colonialistas de organização social. Isso significa que os movimentos negros estão em torno da produção de saberes e disputa epistemológica, a partir do momento que se propõem ao enfrentamento às condições degradantes e estereotipadas nas quais a população negra é situada.

O apagamento linguístico, o intenso trabalho da branquitude em apagar o fenômeno do racismo faz parte de um projeto político hegemônico. Recorrendo uma vez mais a Foucault, no que ele chama de procedimentos externos do discurso, o debate sobre racismo entrou como um princípio de separação ou rejeição, visto que está em contraposição ao Outro, o branco. Assim como o louco é o outro da razão, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros (Foucault, 2014, p. 10). Negar a existência do racismo é um procedimento de apagamento e rejeição, um tabu onde o negro nem mesmo tem uma questão a tratar, pois não tem sua humanidade reconhecida e não está autorizado a falar.

Embora González aponte para uma compreensão dialética do discurso, parece válida a tentativa de imbricar Foucault nessa reflexão e friccionar os autores em questão. A autora continua explicando seu entendimento sobre a circunscrição do discurso:

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. (González, 1984, p. 226).

Lélia González é uma grande crítica das teorias sociológicas brasileiras, que foram meios de perpetuação de estereótipos da figura do negro e especialmente da mulher negra. Os conhecimentos e representações acerca de raça ajudaram a fundar as desigualdades no Brasil. Aqui mais uma vez percebemos a sensibilidade da pensadora, ao identificar como a produção do discurso científico atua de maneira hegemônica na produção e reprodução de controle, silenciamento e violências, na medida em que encobre uma consciência através da produção de saberes.

É na linguagem cotidiana que podemos perceber as manifestações da memória coletiva do povo negro em diáspora. Para González, no Brasil se fala *Pretuguês*, uma mistura de português com aspectos diversos das línguas africanas presentes na cultura brasileira:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença

desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (González, 1984, p. 238).

O termo “Framengo” é uma variação linguística da palavra Flamengo, time de futebol sediado na cidade do Rio de Janeiro, esta variação é usada majoritariamente por pessoas periféricas que trocam o “l” pelo “r” nas palavras de modo informal. A autora chama atenção para os usos da língua como uma marca da ancestralidade negra presente no negro brasileiro.

Um elemento comum entre as autoras abordadas neste texto é a reivindicação do direito de fala dos sujeitos como um ato de resistência ao mundo capitalista e globalizado, a expressão localizada expressa identidade e conecta a realidade social, dando ferramentas para o enfrentamento das opressões que produzem violências contra os corpos e mentes da população negra. Assim, erguer a voz para ministrar a linguagem de forma política faz parte do processo de libertação da consciência e dos corpos negros colonizados.

Assim como hooks, Lélia entende a noção de linguagem como elemento importante para compreensão da lógica de dominação colonial nos países da América, especialmente no Brasil. Por isso, a autora enfatiza que a população negra brasileira sempre resistiu aos projetos de dominação, diferente da ideia apresentada pelo mito da democracia racial que impôs uma visão cordial da sociedade brasileira. A tentativa de ocultar a realidade discriminatória acaba esbarrando nos episódios de racismo cotidiano e nas violências que marcam as comunidades negras periféricas.

O resgate da memória coletiva e da consciência crítica torna-se um instrumento para transgredir os limites das barreiras impostas pelos discursos colonialistas, atuando contra a folclorização, silenciamento e objetificação da população negra. Assim, reconhecer uma *filosofia em pretuguês* pode direcionar a experiência da libertação, como propõe também bell hooks nos estados Unidos e Lélia González no Brasil. Levando em consideração as diferenças de contexto das experiências do racismo para as duas pensadoras, elas convergem por um levante da memória e das epistemologias negras, fora do circuito eurocêntrico do conhecimento, buscando a descolonização da educação e a libertação da população negra.

Considerações Finais

Entendemos que, tanto para bell hooks como para Foucault, a linguagem é bem mais que uma ferramenta de comunicação neutra e objetiva, mas pode se tornar uma condutora poderosa na construção

de identidades e do pensamento crítico à medida que provoca tensões. Para isso, entender *A ordem do Discurso* é uma oportunidade de aprofundar a compreensão das dinâmicas e multiplicidade de fatores que sustentam cada linguagem em seus respectivos espaços de poder e como elas garantem a manutenção das verdades aceitas em cada sociedade e em determinados tempos. Daí a relevância de situar o pensamento de Foucault no debate que intersecciona gênero e raça no contexto da educação.

No Brasil, pensadoras como Lélia González e Beatriz Nascimento contribuíram de maneira relevante para a reflexão sobre os usos da linguagem na experiência das pessoas negras. Elas apontam para a questão da linguagem e de como as formas de poder se perpetuam, mas também se rompem através dela e da retomada da consciência crítica da população negra em suas diversas maneiras de organização política, educacional, religiosa e cultural.

Nesse sentido, ao retomarmos a interseccionalidade estudada por Patrícia Hill Collins como instrumento de investigação das relações de poder nas sociedades marcadas pela diversidade de raça, gênero, localidade, classe social, podemos compreender a complexidade das violências vividas tanto no Brasil a partir de Lélia e Beatriz, quanto nos EUA a partir de bell hooks.

Por fim, o contexto social apresentado neste artigo busca reconstruir aspectos dos discursos que mascaram o processo de colonização para dar benefícios a certos grupos nas relações de poder que se reorganizam a cada momento, apontando também para os movimentos de transgressão dessa ordem estabelecida, demonstrando o potencial de resistência e transformação dos diferentes grupos na sociedade.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

FANON, FRANZ. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira – Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, -- 24. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um racismo mascarado. 3.ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O negro visto por ele mesmo; organizado por Alex Ratts; Posfácio de Muniz Sodré; Texto de Bethania Nascimento FreitasGomes. São Paulo: Ubu Editora, 2022.



COSTA, Ruth Furtado; VILLA, Lucas. ENSINANDO A TRANSFREDIR A ORDEM DO DISCURSO. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.21, n.1, 2024, eK24017, p. 01-16.

Recebido: 11/2023

Aprovado: 05/2024